

## Resumo

De todas as fortalezas que marcaram a presença portuguesa no Médio Oriente, Mascate (1507-1650) destaca-se como um dos conjuntos de maior escala e relevância, desenvolvido graças à sua posição estratégica no panorama do Estado da Índia e devido às suas excelentes condições portuárias. Circunscrita pela praia e abrigada por uma cortina de picos montanhosos, a implantação da cidade de Mascate não requereu grande esforço defensivo até à chegada dos portugueses. Durante os anos 80 do século XVI, construíram-se duas poderosas fortificações – São João e Almirante, cujo desenho aparecia alternativa e plasticamente adaptado à topografia acidentada do local. Já em Seiscentos, a coroa portuguesa sentiu necessidade de dotar a cidade de um traçado amuralhado, acompanhado de fosso e pontuado por baluartes, que ainda hoje se pode ler, mesmo que parcialmente adulterado pelo crescimento urbano do final do século XX. Cruzando leituras cartográficas e relatos coevos com levantamentos actuais, interpretação iconográfica e análise morfológica, este artigo visa compreender a complementaridade e diálogo que as diversas estruturas militares foram articulando neste ponto da costa omanita em prol de uma visão macro-territorial de defesa de porto e cidade. ●

## Abstract

Among all of the fortresses that are the legacy of Portuguese presence in the Middle East, Muscat (1507-1650) is one of the biggest and most significant, due to its excellent harbouring conditions and strategic location within the Portuguese State of India. Edged by the beach and sheltered by a curtain of high peaks, only when the Portuguese arrived did the city require heavy defensive measures. During the 1580s, two powerful fortified strongholds – São João and Almirante – were erected, their layout apparently adapted to the challenging topography of the site. Later, in the seventeenth century, the crown felt the need to surround the city with walls punctuated by bastions and a moat. These structures are still discernible today, albeit partially changed by the late-twentieth century urban growth. Crossing cartographical readings with coeval reports and current surveys, combined with iconographic interpretation and morphological analysis, this paper seeks to understand the dialogue and complementarity established between all of the military structures along this stretch of the Omani coast, with a view to attaining a macro-territorial perspective of the defences of the harbour and the city. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**João Matos**

Universidade de Évora

**Pedro Luengo Gutiérrez**

Universidad de Sevilla

## palavras-chave

PENÍNSULA ARÁBICA  
MASCATE  
ARQUITECTURA MILITAR  
TERRITÓRIO  
CIDADE

## keywords

ARABIAN PENINSULA  
MUSCAT  
MILITARY ARCHITECTURE  
TERRITORY  
CITY

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Jan. 2018

# MASCATE, CIDADE OU TERRITÓRIO: PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA SUA DEFESA AO TEMPO PORTUGUÊS

---

ANA LOPES

JORGE CORREIA

Escola de Arquitectura da Universidade  
do Minho

Lab2PT – Laboratório de Paisagens,  
Património e Território

analopes@arquitetura.uminho.pt

jorge.correia@arquitetura.uminho.pt

## Mote

A presença portuguesa em Mascate é, irreversivelmente, marcada pela conquista por D. Afonso de Albuquerque e fundação de uma feitoria em 1507 (Dias 1998, 391). Durante quase um século e meio, os portugueses foram desenvolvendo um complexo sistema defensivo que se foi adequando ao xadrez político, militar e comercial das suas ambições no Índico. Os subseqüentes assédios, protagonizados por outras potências regionais e europeias, vieram colocar Mascate no centro de uma discussão onde a arquitectura militar jogaria um papel central na protecção de um porto e das suas rotas, papel este que se sobreporia mesmo ao esforço urbanizador de implantação de cidade. O domínio português estendeu-se até 1650 (Costa et al. 2014, 194)<sup>1</sup>, abarcando, portanto, todo o período filipino da monarquia portuguesa. Da história política, económica e social já vários autores se têm dedicado, não só no que estritamente aos portugueses no Golfo Pérsico diz respeito (Farinha 1991), como tocando as relações sincrónicas e diacrónicas com persas e otomanos (Loureiro 2007; Couto 2011). Destaque nestes campos para as investigações realizadas por Al-Busaidi, uma reunião comentada de fontes árabes que realçam as questões políticas internas do território de Omã. Os trabalhos de Jean Aubin sobre o reino de Ormuz (1996/2006) e, mais recentemente, de Willem Floor sobre a importância

<sup>1</sup> Confrontar com Floor 2015, 27.

das cidades portuárias da região (2006/2015), prospectaram tempos que incluem também o período anterior à ocupação portuguesa.

Porém, para a historiografia da arquitectura portuguesa sobre a região do Golfo Pérsico e Península Arábica concorre uma produção mais tímida. São relevantes as publicações globalizantes de Pedro Dias (1998), os trabalhos referenciados a questões autorais ou de arquitectura militar de Rafael Moreira (1989) ou ainda a dissertação de João Campos sobre património fortificado português no Irão (2008). Ainda de registo se podem considerar a síntese de José Manuel Garcia sobre as fortificações do Estado da Índia (2009) e os recentes inventários editados pela Fundação Calouste Gulbenkian (2010). No entanto, o estudo das arquitecturas de Mascate, de que as fortalezas Al-Mirani [Almirante] e Al-Jalali [S. João] são os maiores testemunhos, aparece pouco aprofundado. Trata-se de um dos legados fortificados de maior escala no contexto da expansão portuguesa que urge ler como

Fig.1 – Vista aérea de Mascate nos anos 50 do século XX. I.P.C. Collection (Peyton 1983, 2).



conjunto ou complexo edificado para uma interpretação integrada de território, urbe e fortaleza (fig. 1).

Para melhor compreender a Mascate portuguesa no panorama das fortalezas do Estado da Índia, é também necessário observar o seu território e a sua localização estratégica na costa oriental da Península Arábica. Por conseguinte, este artigo pretende efectuar uma síntese do modo como não só fortificação e topografia condicionaram o espaço urbano, mas também como as empreitadas edificadoras acompanharam a densidade cultural do período em causa. A análise cruzará fontes e estudos, estes mencionados atrás, com documentação visual: iconografia, fotografia antiga e actual, desenhos de levantamento topográfico e arquitectónico das estruturas remanescentes. Procurar-se-á evoluir de um contexto geo-topográfico e de uma caracterização do povoamento e redes comerciais imediatamente antes da chegada dos portugueses para uma interpretação dos sistemas defensivos construídos entre 1507 e 1650, sem esquecer o necessário enquadramento político, militar e mercantil da conquista, ocupação e epílogo da presença portuguesa neste ponto da costa omanita. A capacidade defensiva implantada pelos portugueses deve ser entendida como parte integrante de uma rede militar, constituindo uma herança patrimonial de expressão capital para a compreensão da relação entre cidade e defesa entre Quinhentos e Seiscentos, apontando Mascate como paradigma da articulação entre implantação edificada militar e território.

## **Da presença portuguesa no Médio Oriente: resenha histórica**

Iniciada a 8 de Julho de 1497 (Rodrigues 1994, 81), a viagem de Vasco da Gama abriu um novo capítulo na história da expansão marítima portuguesa, catapultando um período de domínio comercial da coroa portuguesa no Índico, que se fez através da conquista e da implantação de posições fortificadas ou feitorias que controlavam os principais canais de comunicação e circulação mercantil. Os propósitos comerciais eram acompanhados por desígnios de luta contra o Islão, buscando um prestígio advindo da derrota dos muçulmanos nos seus negócios e no domínio dos seus territórios (Costa et al. 2014, 105). Com o objectivo de aproximar o mundo das especiarias e de outros produtos luxuosos à Europa, Adém e Ormuz tornaram-se pontos estratégicos essenciais para o controlo das rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, respectivamente (Loureiro 2007, 66). O primeiro nunca foi subjogado, apesar de diversas tentativas. Porém, Ormuz, depois de Afonso de Albuquerque a ter conquistado em 1507 e novamente em 1515, concorria para o projecto imperial de D. Manuel. Para aquela ilha convergiam as mais antigas rotas comerciais do Oriente e a submissão do seu rei ao monarca português resultava na colecta de grande parte dos seus lucros, através da cobrança de tributos e impostos pagos

por todas as cidades na esfera daquele reino (Couto e Loureiro 2008, ix). A presença portuguesa iniciou-se através do estabelecimento de um protectorado. Numa sociedade onde conviviam persas e árabes, a capacidade militar participava de um delicado jogo diplomático em que na construção de uma fortificação se jogava um trunfo (Barata e Teixeira 2004, 1: 203, 369). Também em Mascate, um dos principais portos do reino de Ormuz (Allawati 1990, 20), rapidamente se instalou uma rede de estruturas defensivas e administrativas para protecção dos interesses portugueses. Esta política edificadora deu origem a um legado patrimonial na região que se dispersa, actualmente, não só pelo Irão e Omã, como também Emirados Árabes Unidos e Barém<sup>2</sup>.

Para Albuquerque, governador do Estado da Índia entre 1509 e 1514, atacar o Islão no seu centro e reforçar a presença portuguesa nos mares do Oriente conquistando cidades era um imperativo a ser alcançado pela força, construindo fortalezas e estabelecendo as bases comerciais para um domínio económico, mas também militar e social (Costa et al. 2014, 105). Na campanha militar de 1507, Albuquerque garantiu a presença portuguesa ao longo da costa oriental da Península Arábica, em Calaiate, Curiate, Mascate, Soar e Corfacão (Rodrigues 1994, 86). Conquistou Goa em 1510 e Malaca no ano seguinte. O seu dinamismo deu um contributo fundamental para que a coroa portuguesa passasse a dominar alguns dos negócios asiáticos (Costa et al. 2014, 111). Em 1515, quando subjuguou novamente Ormuz, após alguns desaires com as autoridades locais, conseguiu adicionar dois pontos mais próximos do Estreito ao domínio português: Libédia e Caçapo<sup>3</sup> (fig. 2). Deste modo, constituía-se uma rede de controlo e informação, autênticos postos de “audição” para vigia das intenções dos locais e das manobras de cobiça sobre a região, nomeadamente de otomanos e, mais tarde, de outras potências europeias (Couto 2011, 141).

Juntamente com Melinde e Moçambique, Mascate começou a ser utilizado como mais um porto de apoio à Carreira da Índia, lugar favorável para amparo em tempo de monções (Costa et al. 2014, 106)<sup>4</sup>, com condições para reparação de embarcações (Couto 2011, 135; Floor 2015, 3), e abastecimento de água potável e víveres. Reconhecido como um porto incomparável na opinião de pilotos, complementava a cidade de Calaiate, que até meados do século XVI era considerada a segunda cidade mais importante do reino de Ormuz, papel que foi perdendo em detrimento de Mascate (Floor 2015, 3).

Após ter saqueado a cidade, Afonso de Albuquerque estabeleceu um acordo de paz com o xeque de Ormuz, permitindo a fixação de um pequeno grupo de portugueses e de um feitor em Mascate (Couto 2011, 132). Genericamente, os portugueses mantinham boas relações com os locais, mas foram muitos os episódios de rebelião, revoltados contra as taxas cobradas por Ormuz e, por extensão, contra a coroa lusa<sup>5</sup>. Era frequente o Estado da Índia oferecer presentes ao xeque para que este mantivesse a sua protecção ao feitor (que representava Mascate, Calaiate e Curiate), e a todos os que já por ali se tinham estabelecido.

Se com D. Manuel se havia iniciado o estabelecimento de uma “rede internacional de negócios no Oriente” (Costa et al. 2015, 113), a aclamação de Filipe II de Espa-

<sup>2</sup> Para o Irão, refira-se a obra construída para servir de apoio a Ormuz em Queixome, Comorão e Laraque. No Barém, podem mencionar-se três fortificações, actualmente designadas por Qa’lat Abu Bahrain, Forte Arad e Qa’lat Abu Mahir (Dias 1998, 390-396).

<sup>3</sup> Algumas dessas fortificações eram bastante pequenas. Outras assumiam uma escala maior e incluíam dependências como cadeias, igrejas, hospitais, fontes, cais e alfândegas (Dias 1998, 14).

<sup>4</sup> Estes dados reforçam-se na documentação recentemente disponibilizada aos investigadores (Jansen et al. 2015, vol. 1-10).

<sup>5</sup> Para mais informação sobre alguns desses episódios, consultar Couto 2011, 137-138.



Fig. 2 – Mapa da presença portuguesa no Médio Oriente.

nha como rei de Portugal, em Abril de 1581, deu lugar a uma nova fase da história da expansão marítima portuguesa. Apesar do novo monarca ter respeitado a representatividade portuguesa nos cargos públicos e nos postos estabelecidos no Índico, procurando seguir a política do seu avô, foram vários os conflitos que se geraram: entre os interesses dos agentes privados e os dos oficiais do rei; entre o império ibérico e os inimigos europeus da Monarquia Católica (Costa et al. 2014, 113, 170-172)<sup>6</sup>. No final do século XVI, inicia-se uma nova conjuntura com o Xã Abbas I (1587-1629) governando a Pérsia (Couto e Loureiro 2008, ix) e trazendo uma nova hegemonia política, além da aptidão para o estabelecimento de coligações com outras potências, nomeadamente a Inglaterra. Seria, aliás, uma dessas alianças que ajudaria a expulsar os portugueses de Ormuz em 1622 (Costa et al. 2014, 177). Após a perda de Barém em 1602, esta nova derrota gerava um novo mapa político em mares agora frequentados também por holandeses e ingleses. Por conseguinte, Mascate tornava-se a maior praça portuguesa em toda a região, afirmando-se como a principal base militar e comercial (Loureiro 2007, 77). Contudo, a consolidação do Sultanato de Omã através de uma unificação interna conseguida por uma dinastia emergente, os Ya'ariba (1625-1744), levou à expulsão dos portugueses de todas as praças da costa omanita, incluindo Mascate em 1650 (Al-Belushi 2013, 552).

<sup>6</sup> Holandeses e ingleses, com quem Portugal sempre tinha mantido boas relações, passaram a ter uma atitude hostil para com a dinastia filipina à frente da coroa lusa depois de 1581.

## Da Mascate antes dos portugueses: geografia e história

Voltada ao mar Árábico, a actual capital de Omã desempenhou um papel de grande relevo estratégico na história da região. Charneira entre as rotas caravaneiras peninsulares do interior desértico e as marítimas entre Índico e Golfo Pérsico, tem nestas últimas uma história que há muito tempo assinala Mascate como ponto de referência.

O comércio realizado por omanis fazia-os atravessar os mares já desde o terceiro milénio AEC e, por altura do período islâmico, já participavam de uma vasta rede de trocas comerciais que se estendia da China à África Oriental, estabelecendo importantes relações entre a Índia e o Iémen, fornecendo água fresca e mantimentos, nomeadamente *qulb al-mas*, um peixe que tinha em abundância nas suas águas (Floor 2015, x). Desde o primeiro século da Era Comum que Mascate aparece mencionada em diferentes fontes como importante porto de comércio que interligava o Oriente e o Ocidente. Ptolomeu, o geógrafo grego, referiu-se à localização como *Cryptus Portus*, que tem vindo a ser traduzido como “porto escondido” (Al-Belushi 2013, 552; Couto 2011, 129). A configuração da linha de costa segue a forma de uma ferradura, confirmável em toda a iconografia posterior, já dos séculos XVI e XVII, bem como em fontes documentais que assim a descrevem, considerando-o um ancoradouro atractivo<sup>7</sup>.

Topograficamente, o porto de Mascate caracteriza-se por uma entrada estreita que dá acesso a uma baía moldada por promontórios, que uma ilhota de relevo agreste ajuda a desenhar, e por elevações rochosas com declives acentuados do lado de terra. Essa configuração esconde o porto e mascara a entrada aos navegantes<sup>8</sup>, com aspecto favorável em termos defensivos e ajuda para a protecção contra os ventos. Este abrigo natural apresentava ainda uma particularidade muito vantajosa: a profundidade das águas permitia a ancoragem de embarcações de grande porte (Al-Busaidi 2000, 131; Couto, 2011, 129). Entre a linha de costa da enseada arenosa e os picos rochosos do *hinterland* abria-se uma área central plana que deu lugar ao desenvolvimento da urbe.

Sobre a cidade antes da chegada dos portugueses, sabe-se que foi governada por várias tribos locais, de forma alternada, e também por persas atraídos por Mascate. No século III a cidade era governada pelos Sassânidas que, no século VII se converteriam ao Islão (Al-Belushi 2013, 553). Cerca do ano 700, o porto de Mascate acomodava 300 barcos num episódio de guerra pelo poder local, e era o sítio onde os barcos que por ali passavam recolhiam gado e também água fresca que provinha dos vários poços existentes (Badger 1871, 5). Nas fontes árabes dos séculos IX a XIII, Mascate é descrita como uma vila piscatória e uma estação/porto de escala para abastecimento de água potável por navios que circulavam pelo Oceano Índico<sup>9</sup>. A cidade ganhou maior relevância como porto comercial sob domínio do Reino de Ormuz, a partir do século X, mas ao longo das quatro centúrias seguintes, Mascate parece ter perdido importância, deixando de ser mencionada tão frequentemente

<sup>7</sup> Ver referência em Couto 2011, 129, mencionando as descrições de Brás de Albuquerque.

<sup>8</sup> O porto só se torna visível quando as embarcações o penetram, contornando as montanhas. Também Albuquerque o refere: “As naus que navegam por estas partes, têm necessidade de entrar, para evitar as zonas de águas rasas. [...]” (Albuquerque 1973, 112).

<sup>9</sup> O abastecimento de água fresca (potável) que provia Mascate era mercadoria fundamental para a economia local (Couto 2011, 130).

<sup>10</sup> A chegada dos portugueses acabaria por reforçar esta conjuntura, principalmente quando fizeram desta cidade a sua base regional a partir de 1622, depois de perda de Ormuz, como se verá à frente.

<sup>11</sup> A mesquita principal terá sido destruída aquando do ataque de Albuquerque (Couto 2011, 130).

na historiografia árabe. No século XIV, volta a chamar a atenção de embaixadores e mercadores, acabando por se tornar numa das mais importantes da região, onde se podiam negociar vários produtos: tâmaras, cavalos, tecidos, óleos, cereais (Al-Belushi 2013, 553-554).

No arranque de Quinhentos, a cidade de Mascate teria cerca de 7000 habitantes e era posto para obtenção de documentos e pagamento de taxas de circulação nas águas do mar Arábico, desempenhando um importante papel na logística do sistema mercantil de Ormuz (Floor 2015, 1)<sup>10</sup>. Apesar de descrita como grande e opulenta, Mascate detinha na natureza estéril e agreste, no porto recortado, bem como em algumas atalaias, os instrumentos suficientes para a sua defesa do interior peninsular.

A ameaça poderia, efectivamente, provir quer do mar, quer do interior. Eram constantes as disputas pelo poder entre as diferentes tribos e, apesar das sólidas relações com as populações mais rurais, responsáveis pelo aprovisionamento de gado e produtos agrícolas à cidade, haveria uma distribuição de estruturas defensivas. Paredes construídas em entulho de madeira serviam de barreira para controlar as passagens entre as montanhas aguçadas, por sua vez coroadas por uma rede de torres de vigia (Floor 2015, 1; Couto 2011, 132). As fontes árabes mencionam, ainda, a existência de uma torre fortificada, no lado nascente da baía (Vine 1995, 283-284; Costa 1983, 262).

Pela frente marítima, e por se ter tornado um dos portos mais importantes daquela costa, temia-se o ataque inimigo. Ergueu-se, então, um muro de madeira e terra entulhada, rodeando a praia, que os portugueses encontraram à sua chegada e que, segundo as descrições de Fernão de Castanheda, era apenas perfurada por duas estreitas passagens (Couto 2011, 132).

Entre os potenciais inimigos, encontrava-se a cobiça da coroa portuguesa. Assim, em 1507, a tomada de Afonso de Albuquerque encontrou uma urbe dinâmica, com uma população que agregava várias culturas. As ruas eram estreitas e formavam vários quarteirões, ocupados de forma densa. As casas altas, cuja construção era então elogiada, deixavam pouco espaço vazio entre si, conferindo uma sensação labiríntica ao olhar forasteiro, logo defendendo a intrusão alheia, mas que essencialmente protegia do forte calor da zona. Detinha uma configuração típica dos assentamentos muçulmanos no Oceano Índico e, para além da área residencial e de várias mesquitas<sup>11</sup>, possuía jardins de palmeiras e zonas de cultivo, curtas faixas de terra ligeiramente mais interiores (Couto 2011, 130).

Apesar da ofensiva de Albuquerque não se ter deparado com uma cidade defendida por fortificações merecedoras desse nome, aquilo que mais terá dificultado a tomada da cidade prendia-se com a estreiteza das vias que dificultavam a passagem de homens e suas lanças, na perseguição dos residentes em fuga (Floor 2015, 1; Couto 2011, 130). A visão que os portugueses tiveram em Setembro de 1507 era a de uma “[...] cidade grande, muito bem povoada, cercada da banda do sertão de serras mui altas e da banda do mar bate a água nela. [...] tem muitos poços de água doce donde bebiam os moradores; tinham pomares, hortas, palmeiras, com poços



para regar [...]. O porto é pequeno, de feição de uma ferradura, abrigado de todos os ventos. É escápula antiga de carregamento de cavalos e de tâmaras; é um lugar muito gracioso e de casas muito boas; vem-lhe do sertão muito trigo, milho, cevada e tâmaras para carregarem quantas naus quiserem.” (Albuquerque 1973, 1: 112)<sup>12</sup>.

## Da Mascate portuguesa (1507-1650): fortificação e urbe

Aquando da instalação, os portugueses avaliaram as excepcionais condições abrigadas do porto e a ‘muralha’ montanhosa que cercava a urbe, associada a algumas barreiras construídas nas passagens entre as serras e as atalaias atrás mencionadas, como suficientes para a protecção do local (Al-Belushi 2013, 552). No entanto, a resistência omanita e ameaças externas, obrigaram os portugueses a considerar a necessidade de construção de um sistema defensivo, resultando num processo faseado que se ia adequando ao ambiente político-militar da região.

Do tempo português em Mascate, já depois de obras recentes de remodelação e adaptação dos fortes a novas funções<sup>13</sup>, aquilo que pode hoje ser observado entre as estruturas sobreviventes inclui as duas fortalezas – São João e Almirante (actualmente apelidadas de Al-Jalali e Al-Mirani, respectivamente<sup>14</sup>), além de duas estruturas avançadas – Al Sirah al-Sharqiyah, uma torre portuguesa, e Al Sirah al-Gharbiyah, o antigo Baluarte de Santo António (fig. 3). Rodeando a cidade, os

<sup>12</sup> Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, nascido por volta de 1500, publica os *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e governador da India* (Lisboa, 1557), com o objectivo de registar os feitos do seu pai no Oriente (segundo Loureiro, Rui Manuel. 2015. *Algumas notas sobre Brás de Albuquerque e os Commentarios de Afonso Dalboquerque* (Lisboa, 1557). Palestra no colóquio sobre “Afonso de Albuquerque – 500 Anos: Memória e Materialidade”, Biblioteca Nacional de Portugal, Dezembro de 2015.

<sup>13</sup> Até ao arranque do século XXI, os fortes foram restaurados mais do que uma vez (Al-Belushi 2013, 553-337) até se adaptarem ao seu uso corrente, acrescentando-lhes novos volumes.

<sup>14</sup> Al-Jalali integra, atualmente, o recinto do Palácio Al-Alam (o palácio cerimonial do Sultão Qaboos bin Said, o soberano presente), sendo o local de recepção de visitas oficiais. Al-Mirani é, hoje em dia, quartel das forças armadas do Sultão – a Royal Guard. Pelas suas funções, o acesso público é bastante limitado.



Fig. 3 – Fortes de São João (Al-Jalali), ao fundo, e do Almirante (Al-Mirani), em primeiro plano. Fotografia de Jorge Correia.

<sup>15</sup> Para Matara, as ligações territoriais e mercantis com o interior eram mais fáceis, uma vez que o perfil da montanha não era tão encerrado (Costa 1983, 264).

Fig. 4 – Vestígios de origem portuguesa em Mascate. Planta dos fortes de Matara, Almirante e São João (da esquerda para a direita): 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Baluarte de Santo António (Al Sirah al-Gharbiyah); 4. Torre Al Sirah al-Sharqiyah; 5. Muralha; 6. Forte da Horta do Cabaço (Rawiyah); 7. Forte Marata (Mutrah). Desenho de Ana Lopes.

portugueses construíram uma muralha pontuada por baluartes, cujo traçado ainda se lê na morfologia urbana do bairro designado por “Mascate velha”. É também de referir a torre quadrangular que protegia a zona da Horta do Cabaço e várias torres circulares que se distribuem pelos picos das serras envolventes e que se juntaram às inúmeras já preexistentes (Carvalho 2010, 156-159) (fig. 4).

O forte existente em Matara (hoje Mutrah, a cerca de meia légua de distância do centro de Mascate) é considerado como parte do mesmo sistema defensivo, pois tinha como principal função proteger a passagem até ao principal entreposto comercial (Floor 2015, 15; Dias 1998, 394). As limitações topográficas que favoreciam o isolamento de Mascate e o necessário controlo face ao *hinterland*, faziam com que a cidade se apoiasse em Matara para obter algumas provisões (Floor 2015, 3-5). Embora subordinada a Mascate, Matara tinha igualmente uma boa área de porto, abrigada dos ventos e, assim, pôde contribuir para o abastecimento e socorro da cidade vizinha<sup>15</sup> (fig. 5).

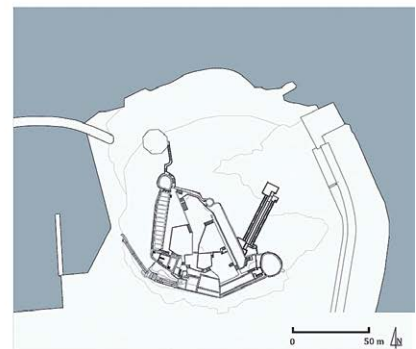
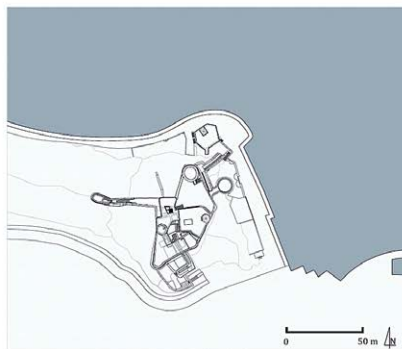
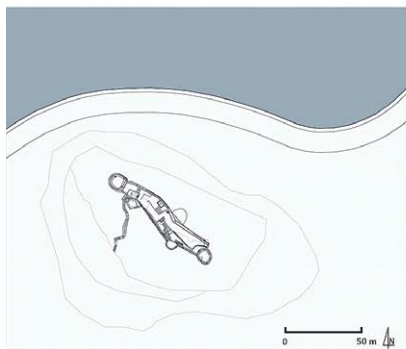




Fig. 5 – Forte de Matara (Mutrah).  
Fotografia de Jorge Correia.

A construção destas estruturas ao tempo português sintonizou-se com a pressão inimiga na zona. Após um período inicial em que as defesas preexistentes se ajuizaram como suficientes, em 1546 ocorreu o primeiro ataque otomano<sup>16</sup> a Mascate. O impacto foi travado pela magra guarnição da cidade, cerca de vinte e seis portugueses, com a ajuda de alguns locais e de um único muro defensivo na zona da praia, que não seria muito mais do que o muro encontrado pelos portugueses aquando da conquista<sup>17</sup>. O episódio demonstrou a urgência em actualizar as defesas. Por ordem do vice-rei Afonso de Noronha, o capitão João de Lisboa iniciou os trabalhos em 1551. O muro junto à praia terá sido reforçado com a construção de duas estruturas abaluartadas, onde puderam instalar artilharia (Floor 2015, 2). No entanto, sobre uma hipotética primeira fortificação construída, muito pouco se sabe, havendo diferentes versões acerca da sua possível localização, logo destruída nesse mesmo ano por novo ataque dos turcos.

O impacto das incursões otomanas prosseguiu com novas investidas em 1554 e em 1581<sup>18</sup>. É depois disto que os portugueses decidem melhorar significativamente as suas estruturas defensivas, edificando os Fortes do Almirante e de São João. Ambos foram mandados construir por ordem do vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588), mas apenas terão sido terminados pelo seu sucessor (Carvalho 2010, 157-158) (fig. 6).

O Forte do Almirante, que foi buscar o nome ao facto de incluir a casa do almirante (ou capitão), possui uma inscrição gravada em duas pedras facetadas do lado exterior de uma porta abobadada, atribuindo expressa e claramente o trabalho a Belchior Calaça, no ano de 1588. Muito provavelmente, este terá seguido os planos do engenheiro Giovanni Battista Cairati<sup>19</sup> que, desde 1584, estava encarregue de consolidar as fortificações de Ormuz, Barém, Mascate e Malaca (Couto 2011, 146-147). D. García Figueroa<sup>20</sup>, que passou por Mascate em 1617, além da descrição detalhada do estado da fortaleza, comenta que a construção se fez nos vazios entre os cumes elevados e afiados da montanha costeira (Loureiro et al. 2011, 169). A escolha da localização não podia ser mais vantajosa para o controlo da envolvente

<sup>16</sup> Desde o século XIII que os otomanos seguiam um percurso de conquistas que chegou até ao mares Vermelho e Mediterrâneo e que, no século XVI, cobiçava a zona do Índico (Costa et al. 2014, 120).

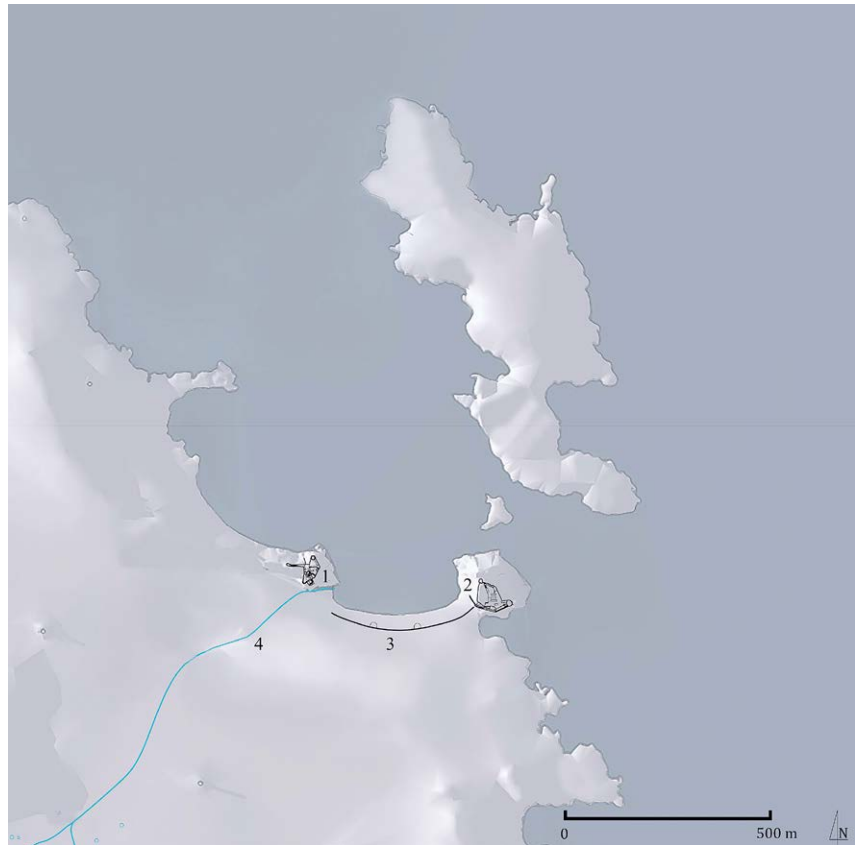
<sup>17</sup> Seria uma parede erguida na praia, descrita como uma “tranqueira forte ao longo da praia”, feita de entulho e reforçada por filas de pedras colocadas em espinha (Couto 2011, 142).

<sup>18</sup> Este último terá sido um ataque mais violento, com muitas baixas do lado português e deixando parte da cidade queimada, incluindo uma igreja. Os otomanos não quiseram ocupar Mascate, buscando apenas a diminuição da resistência portuguesa para um eventual assalto a Ormuz (Couto 2011, 142).

<sup>19</sup> Cairati foi para a Índia a mando de Filipe I de Portugal para consolidar as principais fortificações do Estado da Índia (Loureiro 2007, 68).

<sup>20</sup> D. García Figueroa (1550-1624) era um fidalgo espanhol que iniciou, em 1614, uma missão de visita à corte do Xá Abbas I da Pérsia (1587-1629), enquanto embaixador da coroa ibérica. Escreveu um diário sobre a viagem que se prolongou por mais de uma década (Loureiro 2011, ix).

Fig. 6 – Planta das estruturas portuguesas existentes no século XVI: 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Muralha ribeirinha; 4. Percurso de água doce. Desenho de Ana Lopes.



portuária. Todavia, o relevo é de tal forma íngreme que foram necessárias várias estruturas para vencer as pendentes e conseguir colocar diferentes plataformas, a diferentes cotas, adaptadas ao perfil da serra. Imposta coercivamente sobre a paisagem, a nova fortaleza coroava a linha de festo, interligando uma sucessão de “postos de guarda” e revelins, equipados com bocas de fogo, que se articulavam em diferentes níveis através de escadarias (Couto 2011, 147-149; Loureiro et al. 2011, 159-176). Tratava-se de um conjunto irregular que foi, em grande parte, ditado pela topografia bastante acidentada. Tal como referiu Figueroa, a implantação da fortaleza em elevação muito íngreme por si só dotava-a de impregnabilidade, para além das muitas reentrâncias e protuberâncias, tanto exteriores como interiores, que serviam de obstáculos. Para além destes factores, a artilharia instalada permitia o flanqueamento entre as diversas estâncias (Loureiro et al. 2011, 170).

O Forte do Almirante incluía uma zona abrigada para a entrada a sudeste, subindo-se daí para as diferentes cotas onde se situavam os referidos revelins, entendidos aqui como plataformas de tiro, rasgados por canhoneiras; a norte e no topo de um patamar estava um torreão circular; um outro localizava-se a poente, agregando-se às plataformas centrais; com forma ultra-semicircular e no extremo de um percurso amuralhado sobre o cume da serra que seguia no sentido nascente-poente, encontrava-se a estrutura abaluartada mais elogiada por Figueroa,

pois além de grande ponto de vantagem, estava bem equipado com canhoneiras em distribuição radial para defesa de porto e cidade (Loureiro et al. 2011, 170). A estrutura defensiva incluía ainda um pátio com uma cisterna e onde se situava uma capela. Todavia existente, o pequeno templo conta com uma geometria circular de pequena escala, dotada de cúpula e de portal em calcário, composto por elementos de gesto manuelino.

Comparativamente, o Forte de São João, construído do outro lado da baía, era considerado, pelos testemunhos coevos, como uma estrutura menos sofisticada (Couto 2011, 147-149). Ainda hoje representa uma massa arquitectónica robusta que se impõe sobre o território circundante (fig. 7). Assume-se como uma estrutura mais regular, com os seus panos de muralha a seguir o contorno da colina onde se implanta, formando uma plataforma central, onde estariam as casas da guarnição, um arsenal e outras dependências, nomeadamente um reservatório de água. Há baluartes em praticamente todas as inflexões do contorno fortificado. Com as suas formas curvilíneas transmitiam uma sensação de grande muro perimetral que rodearia uma espécie de grande bateria instalada no topo do penedo, conforme era descrito à época. Estas estruturas foram parcialmente escavadas na rocha e organizavam-se em diversos níveis, dispostos nas extremidades angulares do conjunto e preparados para receber artilharia. O seu desenho permitiria disparos radiais de tiro, flanqueando os muros adjacentes e alcançando um pleno domínio do sector oriental da baía portuária. O acesso ao Forte de São João era feito do lado da baía, através de uma escadaria íngreme pontuada por volumes defensivos artilhados, que funcionariam como portas que se sucediam umas às outras. Tanto pelas descrições coetâneas como pelas representações iconográficas, este forte parece ter sido sempre considerado secundário. Os desenhos que o registam fazem-no de forma muito simples (mostrando muito mais detalhe no conjunto do Almirante), havendo ainda os que nem sequer o incluem<sup>21</sup>.

Ao longo dos 143 anos de presença portuguesa em Mascate, a capacidade militar instalada haveria ainda de assistir a evoluções na medida em que as funções daquele porto se assumiam, cada vez mais, como fundamentais. Ainda nos finais do século XVI se considerava necessário reforçar as defesas de Mascate, como demonstram as sucessivas novas construções seiscentistas que ajudaram a consolidar o porto como potência regional (fig. 8). Na década de 1590, ordenou-se a construção da torre que se encontra no extremo nordeste do porto, hoje chamada de Al-Sharqyah, mencionada num relatório enviado ao rei. Já em 1610, são amplia-

<sup>21</sup> Sobre as representações iconográficas de Mascate, consultar Garcia 2009, 72-76.

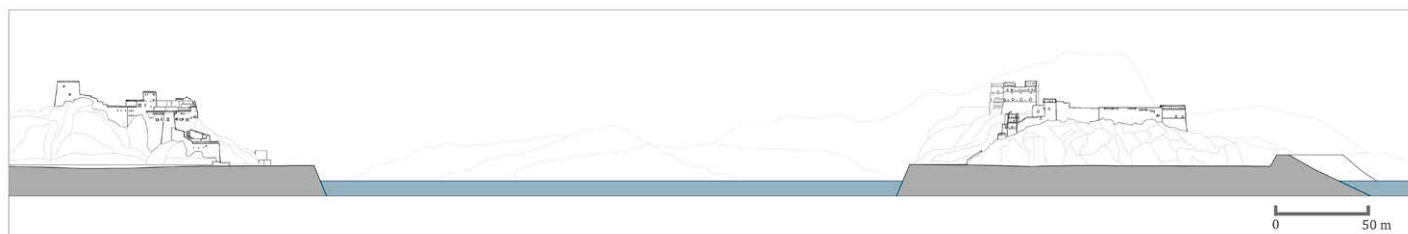
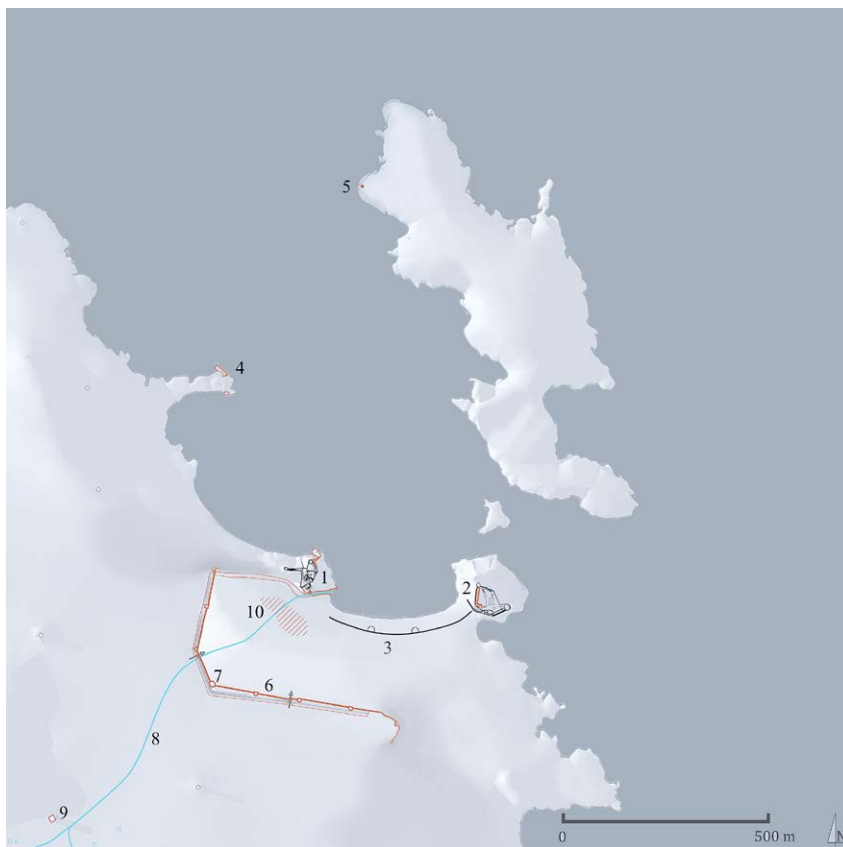


Fig. 7 – Perfil da baía de Mascate pelos fortes do Almirante (Al-Mirani) e de São João (Al-Jalali) para norte. Desenho de Ana Lopes.

Fig. 8 – Planta das estruturas portuguesas existentes no século XVII: 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Muralha ribeirinha; 4. Baluarte de Santo António (Al Sirah al-Gharbiyah); 5. Torre Al Sirah al-Sharqiyah; 6. Muralha; 7. Torre Cabrita; 8. Percurso de água doce; 9. Forte da Horta do Cabaço (Rawiyah); 10. Zona da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça. Desenho de Ana Lopes.



<sup>22</sup> Foi o Conde de Linhares (v.r. 1629-1635) quem ordenou a sua construção.

das estruturas no Forte do Almirante para junto da água (Carvalho 2010, 156-159), reforçando a defesa do porto com uma plataforma poligonal em dois níveis (equipada com artilharia com capacidade de tiro rasante ao plano da água), a que se acedia descendo da fortaleza através de duas longas escadarias que contornavam o rochedo, em direcção à extremidade norte.

Quando em 1622 Ormuz se perdeu para os persas aliados aos ingleses, Mascate assume uma posição dianteira enquanto principal fortaleza portuguesa na região (Dias 1998, 390; Costa et al. 2014, 172-177). Rui Freire de Andrade, um importante capitão português, reagiu à nova conjuntura e conseguiu alargar a rede de posições dominadas pelos portugueses ao longo da costa adjacente para norte, a saber Sibó, Borca, Quelba, Madá, Doba, Limah (Al-Busaidi 2000: 63-98) (fig. 2).

Onze anos depois, numa campanha de melhoramentos nas fortificações de Mascate, ergue-se o Baluarte de Santo António, construído sob instruções do engenheiro Manuel Homem de Pina<sup>22</sup> (Carvalho 2010, 156-159; Dias 1998, 391). Tratava-se de uma estrutura que permitia o tiro radiante através de duas plataformas, principalmente a voltada a norte. Em 1634 houve reparações nos dois fortes de Mascate (que estariam terminadas em 1640). Será dessa altura a inclusão do elemento mais impressionante do Forte de São João: a face voltada à baía onde se abrem oito conjuntos de aberturas com seus respiradouros, anunciando uma poderosa capacidade de tiro.

Rui Freire de Andrade deu, também, ordens para que se fortificasse a vila pesqueira mais próxima, Matara. A determinação da construção do forte de apoio a Mascate data dos anos 20 do século XVII (Floor 2015, 15; Dias 1998, 394). Mais uma vez, o forte implantou-se numa elevação rochosa e bastante escarpada, formado por dois torreões cilíndricos ligados por dois panos de muralha que se apoiam na serra e integravam dispositivos que permitiam tiro através de seteiras. Já as estruturas das extremidades incluía aberturas para artilharia. Trata-se do actual Forte de Mutrah. Para além de fortes em pontos estratégicos do relevo litorâneo, o tecido urbano à cota baixa, compreendido entre a praia e as elevações montanhosas circundantes, mereceu também empreitada fortificadora. Em 1623, ergue-se a muralha que rodeia a cidade, com cinco baluartes semicirculares do lado exterior e um pentagonal, na inflexão do traçado, separando a cidade do sertão (fig. 9)<sup>23</sup> (Dias 1998, 391). As suas extremidades fundiam-se nas escarpas das montanhas, criando um perímetro totalmente encerrado na sua frente de terra. Em complemento, procedeu-se à construção de torres nos pontos altos da zona envolvente, que ajudavam a vigiar possíveis aproximações provenientes do interior do território. Algumas já existiriam antes da chegada dos portugueses, mas, como confirma o testemunho de Pietro della Valle, em 1625 os portugueses estariam a melhorar algumas dessas atalaias e a construir novas (Floor 2015, 2). As torres de vigia estendiam-se até à vizinha Matara, onde

<sup>23</sup> O desenho do século XVII (Bocarro e Resende c.1635, fol. 46v-47r) mostra seis baluartes ao longo de uma muralha curva. Na realidade, são dois troços rectos de muralha dispostos em 'L', localizando-se a designada Torre Cabrita no ângulo – único baluarte pentagonal. As outras torres são redondas do lado exterior e poligonais pelo interior.

<sup>24</sup> Localmente, designa-se como Forte de Al-Rawiyah. Também Albuquerque mencionaria essa área de palmeiras, junto a poços de água fresca e a três jardins (Floor 2015, 2).

Fig. 9 – Pedro Barreto de Resende, “Mascate”. In Antônio Bocarro, *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, cidades e povoações do Estado da India Oriental*, c. 1635, n.º 5. Biblioteca Pública de Évora.



<sup>25</sup> Desde o século XV, a actividade bélica integrava progressivamente a artilharia de fogo. A arquitectura era uma das disciplinas mais envolvidas na experimentação, dando origem àquilo que se designa como “período de transição”. Não havendo espaço, neste artigo, para dissertar sobre as alterações que a arquitectura foi assistindo, não podemos deixar de referir que, à época da construção das fortalezas de Mascate, os portugueses já tinham erguido fortificações *ao moderno*, com baluartes em cunha e estruturas que correspondiam às mais recentes propostas da tratadística europeia (Barata e Teixeira 2004, 1: 359-370).

também aí existiria um muro que separava a vila piscatória do resto do território, com as suas portas de acesso controlado (Costa 1983, 264).

Com o intuito de proteger o contínuo abastecimento de alimentos e água potável a Mascate, Rui Freire de Andrade manda fazer uma torre de protecção à Horta do Cabaço, em 1627<sup>24</sup> (Carvalho 2010, 159) – um quadrilátero com entrada ao nível do primeiro piso, do qual só resta o nível inferior no presente. Em 1634, procedia-se também à escavação de um fosso, à construção de uma nova casa de alfândega e de uma doca no final do curso de água que vinha desde a zona das hortas (Floor 2015, 15). No início do século XVII, Mascate contaria com cerca de 300 casas de construção precária, feitas de junco e folhas de palmeira, muito juntas e sem espaço entre si. Os portugueses habitavam em casas de pedra e cal, com terraços que teriam muito melhor aspecto para quem visitava a cidade, apenas no pequeno bairro próximo à igreja (Loureiro et al. 2011, 159-176). Efectivamente, quando Figueroa visitou a cidade ainda em 1617, assistiu à missa na igreja paroquial e instalou-se no recém-erguido Convento de Santo Agostinho, que ficava a menos de 50 passos do maciço rochoso onde se implantava o Forte do Almirante (Loureiro et al. 2011, 169; Carvalho 2010, 156-159).

Das estruturas religiosas e civis da cidade baixa não restam vestígios arqueológicos e são, nos dias de hoje, de muito difícil localização. Um documento escrito por Rui Freire de Andrade, em 1622, onde o mesmo se identifica como capitão-mor da armada de alto bordo, menciona a entrega da direcção do hospital ao vigário da Ordem de Santo Agostinho (Jansen et al. 2015, 5: 272) confirmando a existência desse equipamento, tal como o “Regulamento para a fortaleza, feitoria, alfandega e hospital de Mascate”, escrito em 1636, onde se registam os salários e funções do cirurgião e do boticário desse mesmo hospital. O documento indicia uma localização próxima entre convento e as casas que servem de hospital, além da existência de umas casas da feitoria, casas das armas e casa onde morava o mestre-de-obras (Jansen et al. 2015, 7: 199-282).

Das descrições anteriores se retira que quer no investimento português à altura, quer no património actualmente visível, a atenção recai, essencialmente, sobre a arquitectura militar. De facto, para o conjunto das estruturas defensivas e suas diferentes fases de obras, o tema da manipulação de armas de fogo foi determinante<sup>25</sup>. O momento era então de total assunção da artilharia que vinha registando processos evolutivos na arte da guerra e acelerando modos de construir. Em termos tipológicos, Mascate não revela as formas perfeitas *ao moderno*, descritas e representadas na tratadística que circulava pela Europa, onde se propunham reformas profundas nos sistemas fortificados na óptica da utilização das novas armas para baluartes angulares. No entanto, o seu desenho destacou baluartes circulares dos muros defensivos e impôs múltiplas aberturas para o uso de artilharia em cada uma das suas estruturas. Por tudo isto, torna-se interessante fazer uma avaliação do seu grau de inexpugnabilidade à luz da capacidade pirobalística do seu tempo. Com o levantamento efectuado de todas as aberturas para bocas de tiro, analisando os

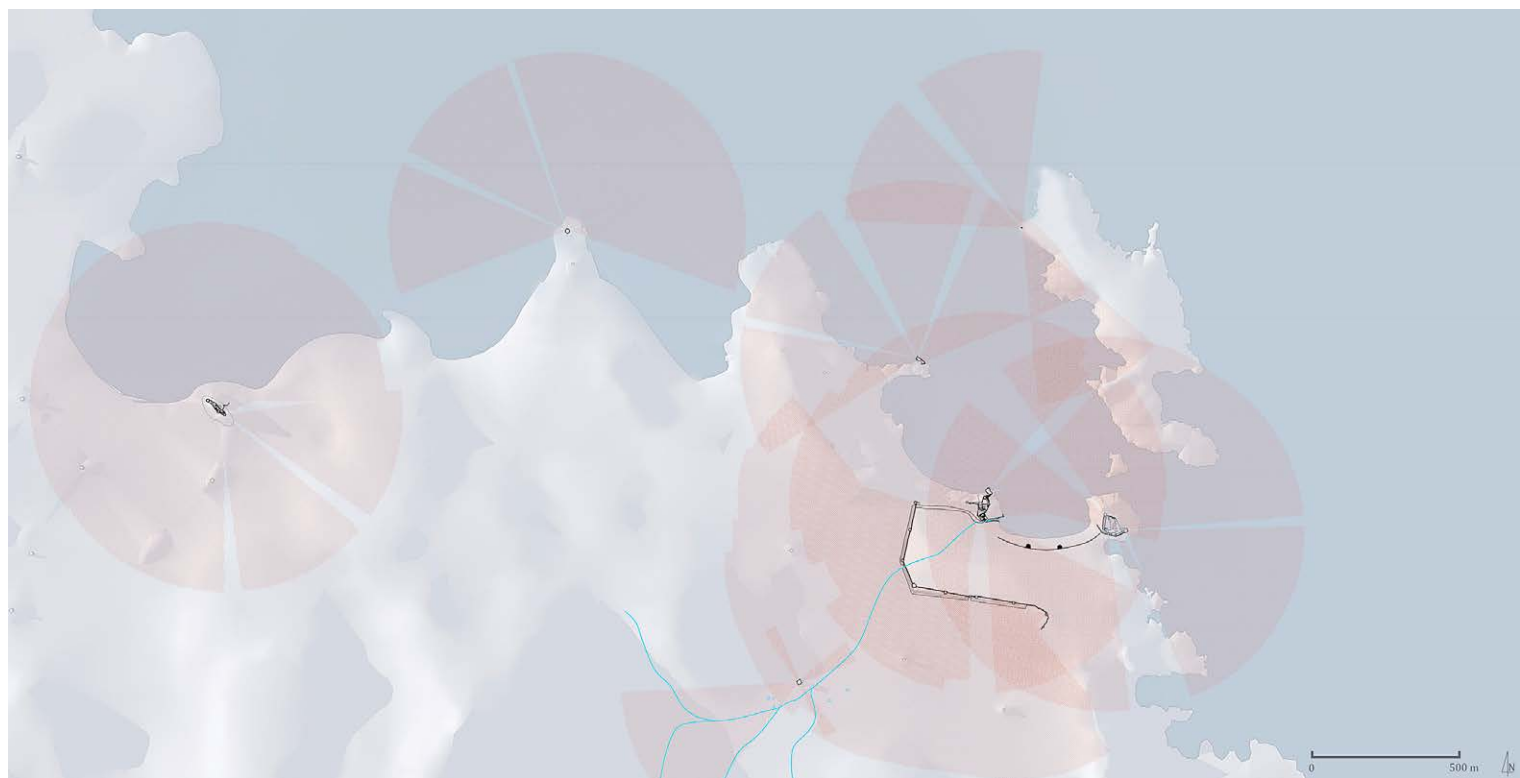


seus ângulos de disparo e cruzando tal com a variedade de armas usadas à época, podemos calcular o alcance de fogo destas estruturas.

Várias possibilidades, mediante os diferentes tipos de armas da época, podem ser consideradas para hipotéticos contextos beligerantes. A situação mais otimizada, ou seja, um cenário em que todos os vãos existentes para calibres diferentes estariam ocupados por artilharia grossa e por dispositivos de porte individual, com os respectivos homens necessários para as manejar, provavelmente nunca aconteceu em pleno por mingua de armas ou recursos humanos. Este quadro articularia a capacidade defensiva de todas estas estruturas na sua máxima expressão, com um alcance de tiro determinado pelas armas de maior capacidade a circular no Índico no início do século XVII<sup>26</sup> (fig. 10). O impacto era grande e, do cruzamento de tiro entre os dois fortes, toda a baía e uma grande zona envolvente ficaria subjugada. Ainda que com formas alternativas, e até mesmo atávicas, para a época, Mascate revelou-se capaz de integrar a artilharia e de estruturar a sua defesa de modo muito eficiente. As inflexões são pontuadas por baluartes ou torreões salientes, flanqueando-se mutuamente, além de varrerem pelo tiro as áreas envolventes, aproveitando-se dos recessos e saliências do terreno para criar obstáculos naturais a qualquer tentativa de aproximação inimiga.

<sup>26</sup> Consideramos armas com um alcance máximo de 600 metros para tiros de canhão e de 200 para as armas de porte individual que poderiam ser de fogo ou ainda neurobalísticas. Para referências relativas ao alcance das armas de fogo, consultar: Barata e Teixeira 2004, 1: 180-183, 354-359; 2: 198-214.

Fig. 10 – Planta esquemática: estudo do alcance de tiro para armas de maior capacidade no século XVII.



## Do legado patrimonial de Mascate: uma visão macro territorial

Do capítulo anterior se infere que o sistema defensivo de Mascate ao tempo português estava montado em rede. A defesa da zona portuária era assegurada pelos fortes do Almirante e de São João, estendendo-se pela costa adjacente através de torres estrategicamente colocadas e, sobretudo, do Forte de Matara. Esta rede, que cruzava mira e tiro, foi pensada em estreita articulação com a topografia com vista a uma eficaz organização da proteção do lugar. O relevo qualificava-o como um sítio forte e defendido naturalmente, o que segundo a opinião de Figueroa, colmatava qualquer falha que as fortificações pudessem ter na sua concepção (Loureiro et al. 2011, 159-176).

À cota baixa, na estreita planície banhada pela enseada portuária, a cidade dos comerciantes, religiosos e moradores refugiava-se à sombra dos fortes e das montanhas. A arquitectura militar não era vista como refúgio para a população, mas antes como bateria defensiva de um ancoradouro, protagonista de uma estratégia que secundarizava o espaço urbano. Ainda que fortaleza e urbe se articulassem, regista-se uma certa tensão entre ambas na medida em que o ónus implantacional repousava nos fortes e o grande investimento edificador se desviava da cidade baixa.

Poder-se-ia falar de hesitação entre os modelos tradicionais de *cidade-fortaleza*, detendo nos seus fortes os pólos defensivos considerados suficientes para a pugabilidade do sítio, de *cidade-amuralhada*, mais concretamente a urbe implantada na área plana junto à praia, e, mesmo, de *cidade aberta*, numa perspectiva em que a urbe se respaldava na defesa natural envolvente, seguindo as classificações de Le Goff (Seta e Le Goff 1991, 18). Em bom rigor, Mascate parece romper com o paradigma da cidade entendida como símbolo amuralhado, herança do fenómeno urbano medieval reiterado pela tratadística quinhentista, para propor uma alternativa que repousava na interdependência de sistemas complementares e dialogantes. Neste ponto da costa omanita, a prioridade não estava na salvação da urbe mas sim na manutenção do porto enquanto peça fundamental da sobrevivência dos interesses da coroa na região.

Esta condição encontrava-se intrinsecamente ligada a uma visão macro-territorial de defesa. Efectivamente, as fortificações de Mascate só podem ser compreendidas se analisadas como parte integrante de uma rede de cidades que se completavam. Se neste ponto costeiro estava estacionada uma armada de cerca de doze navios, com seus capitães, que ajudavam a prover outras fortificações na rota do Estreito de Ormuz (Garcia 2009, 72), Mascate dependia igualmente de cidades vizinhas como Matara, Curiate, Sibó ou Borca, entre outras (Dias 1998, 392), para o seu abastecimento. Conforme já foi explicado, tal era dificultado pelas características topográficas que impediam o desenvolvimento de estradas/caminhos de ligação entre o *hinterland* e a zona costeira. Cada uma dessas cidades possuía a sua guar-

nição, obediente a um capitão português e apoiada por lascarins<sup>27</sup>, protegendo os portugueses que aí estivessem alocados e vigiando os seus interesses. Ao mesmo tempo, controlavam a costa e poderiam ajudar a impedir qualquer aproximação a Mascate, prevenindo ataques e enviando ajuda, sempre que necessário<sup>28</sup>. A circulação marítima tinha de ser permanentemente controlada, vigiada e mantida activa. Com o propósito de controlar o tráfego comercial no Golfo, foi estabelecido um grande número de praças portuguesas que cooperavam, também elas, em rede. Os principais entrepostos, e os consequentes focos de fortificação que lhes estavam associados, foram Mascate, Ormuz e Barém num primeiro momento. Depois da perda das duas últimas, Mascate abandonou o seu papel de mero ponto intermédio de aprovisionamento e torna-se base de operações, contribuindo para a manutenção da presença portuguesa na região. Surge, então, uma nova centralização e distribuição geográfica dos portugueses, concentrando-se na costa omanita. Já aí existiam alguns fortes, mas foi principalmente depois da década de 1620 que o investimento na construção de cariz militar se pulverizou ao longo da costa nordeste da Península Arábica. Grande parte deste esforço edificador ficou a dever-se à acção de Rui Freire de Andrade, originando uma nova rede de actuação. Inicialmente, o objectivo do capitão era a recuperação de Ormuz, mas logo compreendeu que aquele conjunto de praças assegurava a continuidade dos negócios, nomeadamente com Baçorá e com Bandar-e Kong (Floor 2015, 16). A lógica implantacional do modelo de Mascate ampliava-se em escala e recriava uma nova dialética na estratégia militar, passando a ser o porto central da região com todas as outras fortificações vizinhas a concorrer para tal desígnio. Em todas elas a importância recaía na fortaleza e porto que controlava, mais que qualquer povoação que lhe estivesse sob jurisdição.

Estas visões territoriais complementares – a local em Mascate e a regional aplicada a toda a costa – não constituem senão o reflexo da política da coroa portuguesa para o Índico em prol do comércio transoceânico. “O Império Português funcionou como uma rede interligada de cidades portuárias que assumiram diversas características institucionais e diplomáticas, determinadas por interesses económicos, políticos e culturais específicos” (Bethencourt e Curto 2010, 3). O Estado da Índia, com sede em Goa, distribuía-se por uma ampla área territorial. Como tal, necessitou distribuir poderes administrativos: Moçambique na costa oriental africana, Malaca na Ásia Oriental e Ormuz na zona do Golfo Pérsico (Costa et al. 2014, 118-163).

Apesar de Mascate ter conseguido tornar-se um porto competitivo no século XVII, nunca alcançou o poder que Ormuz havia exercido. Persas, holandeses e ingleses disputavam os mesmos mercados e a cidade foi perdendo o seu esplendor até que, com a expulsão dos portugueses (simultaneamente de todos os outros portos fortificados da costa), os omanitas passaram a dominar grande parte das rotas comerciais (Al-Belushi 2013, 553). Ainda assim, Mascate actuou como uma micro-representação da postura urbano-militar geral aplicada pelos portugueses no Oceano Índico.

O legado construído do sistema fortificado de Mascate evoca um dos complexos de maior escala alguma vez levantados pelos portugueses no mundo durante o

<sup>27</sup> Lascarins são soldados recrutados localmente, continuamente mencionados na documentação como parte essencial das guarnições pagas pelo Estado da Índia para sua defesa (consultar Jansen et al. 2015, vol. 1-10).

<sup>28</sup> A guarnição de Matara, por exemplo, era tida como parte integrante do grupo de homens que eram pagos para defender Mascate, como pode ser visto no documento que constitui o “Regulamento para a fortaleza, feitoria, alfandega e hospital de Mascate” (Jansen et al. 2015, 7: 199-282).

<sup>29</sup> Segundo Enrico D’Errico (1983, 298-300), Mascate apresenta-se como um conjunto fortificado com um estilo muito próprio articulando, por um lado, circunstâncias que denotam a circulação de modelos internacionais de clara influência da escola italiana (cf. nota 19) e, por outro, características de adaptabilidade às condições topográficas locais. Reforçando o papel de Jalali e Mirani como as primeiras fortificações de grande escala que se ergueram em Omã, seguindo as novas premissas tecnológicas da pirobalística, realça, porém, o facto do número de portugueses ser reduzido ao tempo da sua construção e do recurso a obreiros locais constituir uma prática inevitável. Não podendo neste artigo aprofundar uma análise específica das qualidades morfo-tipológicas dos fortes, reconhece-se a sua grande capacidade de adaptação às necessidades e possibilidades da conjuntura que enfrentavam, com sintomas regionais que advêm do seu processo edificativo, bem como das iniciativas durante a ocupação omanita após a presença portuguesa, que se reconhecem em toda a costa da Península Arábica e da África oriental.

período de União Dinástica sob os Filipes<sup>29</sup>. Comparável aos estaleiros que dotariam Angra, Havana ou Cartagena de autênticas máquinas de guerra na defesa de portos estratégicos no Atlântico, também aqui o património de origem portuguesa deve ser entendido enquanto paisagem militar na qual a cidade desempenhou um papel acessório no tabuleiro político-espacial da presença portuguesa na Ásia. ●

## Bibliografia

- Albuquerque, Brás de. 1973. *Os comentários de Afonso de Albuquerque*, pref. e ed. Joaquim Veríssimo Serrão, vol. 1, 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Al-Belushi, M.A.K. 2013. “The heritage prospective and urban expansion in capital cities: old defence sites in Muscat, Oman”. In *Structural Studies, Repairs and Maintenance of Heritage Architecture XIII*, ed. C.A. Brebbia, 551-562. United Kingdom: Wessex Institute of Technology.
- Al-Busaidi, Ibrahim Yahya Zahran. 2000. “Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII”. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Allawati, Malallah bin Ali bin Habib. (1984) 1990. *Outline of the History of Oman*. Sultanate of Oman: Mazoon Printing Press.
- Badger, George Percy, trad. 1871. *History of the Imams and Seyyids of Oman by Salil-ibn-Razik, from A.D. 661-1856. Translated from the Original and Edited with Notes, Appendices and an Introduction, continuing the History down to 1870*. London: Hakluyt Society.
- Barata, Manuel Themudo, e Nuno Severiano Teixeira, dir. 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1 e 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Bethencourt, Francisco, e Diogo Ramada Curto, coord. 2010. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.
- Bocarro, António, e Pedro Barreto Resende. [c.1635]. *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV / 2-1.
- Campos, João dos Santos de Sousa. 2008. “Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico: Ormuz, Keshm e Larak”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, Eduardo Kol de. 1984. “O sistema defensivo de Mascate: Paradigma dos Monumentos Militares Portugueses na costa de Omã”. In *Livro do Segundo Congresso sobre Monumentos Militares portugueses* (Comunicações, palestras, conclusões e recomendações). Lisboa: Património XXI.

- Carvalho, Eduardo Kol de. 2010. "Masate". In *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo*, coord. Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes, 156-159. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, João Paulo Oliveira, coord., José Damião Rodrigues, e Pedro Aires Oliveira. 2014. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, P.M. 1983. "Notes on Settlement Patterns in Traditional Oman". *The Journal of Oman Studies* 6 (2): 247-268. Muscat, Sultanate of Oman: Ministry of National Heritage and Culture.
- Couto, Dejanirah, e Rui Manuel Loureiro, ed. 2008. *Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period. Maritime Asia* 19. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag – Calouste Gulbenkian Foundation.
- Couto, Dejanirah. 2011. "New insights into the History of Oman in the Sixteenth Century: A Contribution to the Study of the Evolution of Muscat Fortifications". In *Anotações e Estudos sobre Don Garcia de Silva y Figueroa e os "Comentários" da Embaixada à Pérsia (1614-1624)*, coord. Rui Manuel Loureiro, Zoltán Biedermann e Eva Nieto Mcavoy, 129-153. Lisboa: CHAM.
- D'Errico, Enrico. 1983. "Introduction to Omani Military Architecture of the Sixteenth, Seventeenth and Eighteenth Centuries". *The Journal of Oman Studies* 6 (2): 291-306. Muscat, Sultanate of Oman: Ministry of National Heritage and Culture.
- Dias, Pedro. 1998. *O espaço do Índico. História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Farinha, António Dias. 1991. *Os Portugueses no Golfo Pérsico 1507-1538, Contribuição Documental e Crítica para a sua História*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses.
- Floor, Willem. 2015. *Muscat: City, Society & Trade. The Persian Gulf*. Washington DC: Mage Publishers.
- Garcia, José Manuel. 2009. *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*. Lisboa: QuidNovi.
- Jansen, Michael e Abdulrahman Al-Silimi, ed.; colab. Pedro Pinto, Karsten Ley e Helmut Siepmann. 2015. *Portugal in the Sea of Oman. Religion And Politics. Research On Documents – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Transcriptions*. 10 vol.s. Muscat, Sultanate of Oman: Research Center Indian Ocean (RIO), GUTech and Ministry of Endowment and Religious Affairs. Germany: Georg Olms Verlag AG.
- Loureiro, Rui Manuel. 2007. "Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600". *Revista Oriente* 18: 66-80.
- Loureiro, Rui Manuel, Ana Cristina Costa Gomes, e Vasco Resende, ed. 2011. *Don García de Silva y Figueroa. Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)*. Parte I, vol. 1. Lisboa: CHAM.
- Moreira, Rafael, dir. 1989. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa.

Paulino, Francisco Faria, coord. e Rafael Moreira, comissário. 1994. *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa, Catálogo da Exposição*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Peyton, W.D. (1983) 2009. *Old Oman*. London: Stacey International.

Rodrigues, António Simões, coord. 1994. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Seta, Cesare de, e Jacques Le Goff, dir. 1991. *La ciudad y las murallas*. Madrid: Catedra.

Vine, Peter. 1995. *Oman in History*. London: Ministry of Information, Sultanate of Oman & Immel Publishing.